

Grupos Armados e Violência Urbana em Caracas: Novas Guerras e Narcotráfico Transnacional

Pedro Maia – Mestrando em Relações Internacionais

(IRI/PUC-Rio) - pedrodsmaia@gmail.com

Resumo

Este trabalho analisa o contexto da violência urbana em Caracas a partir da concepção de Mark Duffield de *New Wars* e *Shadow Economy*. Responderemos a seguinte pergunta: quais as consequências do narcotráfico transnacional para o contexto doméstico da violência na Venezuela, principalmente em Caracas? Trabalhamos com a hipótese de que a convergência entre as redes de narcotráfico transnacional e as redes de exclusão e violência já existentes na cidade criam novos complexos políticos. O trabalho consiste em uma reconstrução do cenário social e político da violência venezuelana e uma análise da atual configuração e das medidas implementadas pelo governo bolivariano quanto ao tema. Além disso, mostraremos como o tema se insere na área das Relações Internacionais.

Palavras-Chave: Violência Urbana – Narcotráfico – Venezuela – América Latina

Abstract

This work aims to analyze Caraca's violent urban context through Mark Duffield's approach to two concepts: Shadow Economy and New Wars. Therefore we seek to answer the following question: what are the consequences of the transnational drug traffic in Venezuela's domestic violent context? Our hypothesis is that the convergence between the transnational drug trade and already established violent and exclusion networks creates new political complexes. The work consists of a reconstruction of Venezuela's political and social scenario since mid-twentieth century, an analysis of the current configuration of violence in the country and in Caracas and the measures implemented by the Bolivarian government to deal with this issue. In addition we will demonstrate how this theme can be considered one of International Relations.

Keyword: Drug trade – Latin America – Urban Violence – Venezuela

Introdução

Os contextos de outras situações de violência¹ vem produzindo inúmeras mortes ao redor do mundo. Um dos exemplos dessas situações é a Venezuela. Nos dados mais recentes, o país apresentou uma taxa de 82 mortes violentas para 100.000 pessoas em 2014 (Observatorio Venezolano de Violencia, 2014). Esse dado é sinal de um comportamento crescente no país. Nos últimos anos, nota-se um constante incremento no número de homicídios na Venezuela. O país inicia o século XXI com uma taxa de homicídios de 32,9 mortes violentas para 100.000 pessoas em 2.000. Em 2010 essa taxa alcança as 45 mortes para 100.000 pessoas e em 2014 atinge a cifra de 82 mortes violentas para cada 100.000 pessoas (UNODC, 2015b; Observatorio Venezolano de Violencia, 2014).

Esse incremento no número de mortes violentas não se deu em um vácuo político-social. Simultaneamente, nota-se um recrudescimento da atuação do narcotráfico internacional no país. Essa maior penetração do narcotráfico no território venezuelano é visível devido à crescente participação do espaço da Venezuela nas rotas de produção e distribuição de narcóticos (UNODC, 2010, p. 26; 234; UNODC, 2015a). Isto se dá graças a um movimento de ênfase na guerra às drogas no entorno geográfico venezuelano, principalmente na Colômbia e no México, o que leva a um deslocamento dessas atividades ilícitas para o território da Venezuela. Assim, a partir do aumento da atuação do narcotráfico no país, essa atividade entra em contato com processos políticos de violência e exclusão já existentes. Como um dos produtos desse encontro, há uma alteração no cenário da violência local, principalmente nos contextos urbanos.

Dessa forma, este trabalho tem como tema a violência na Venezuela. Isto posto, pretendemos entender os impactos do narcotráfico internacional para a violência vivida no país, respondendo assim a pergunta de pesquisa: quais as consequências do narcotráfico transnacional para o contexto doméstico da violência na Venezuela, principalmente em Caracas?

Marco Teórico

Essa seção pretende delimitar a lente teórica que será aplicada para analisar o caso dos grupos armados de Caracas. Com este objetivo em mente, esta parte do trabalho é dividida em dois fragmentos. Primeiro, será analisado as concepções clássicas do debate sobre segurança internacional e a ampliação

¹ O termo *outras situações de violência*, do inglês *Other Situations of Violence*, tem uma história que remete à maneira da Cruz Vermelha Internacional de tratar os ditos novos contextos de violência. Esse termo seria uma forma alternativa de se fazer referência a condições de violência que não se enquadram na categoria de conflito armado internacional e nem na definição de conflito armado não-internacional, como afirmado pelo direito internacional humanitário e pelo direito criminal internacional. Nesse caso, o primeiro trata de conflitos entre Estados, ao passo que a segunda categoria aborda conflitos entre atores armados não-estatais e Estados.

da ideia de segurança. No segundo momento, iremos olhar para as novas guerras a partir de Mark Duffield e veremos como o autor entende a questão das políticas de segurança destinadas aos contextos das novas guerras.

A concepção tradicional de Segurança e sua expansão

A chamada expansão dos estudos de segurança foi antecedida por duas concepções de segurança internacional. A primeira delas dialogava diretamente com o contexto do fim da Segunda Guerra Mundial e com o uso de armamento nuclear e as estratégias militares de coerção e *deterrence* (Walt, 1991, p. 214). A segunda concepção de segurança internacional reaparece² mais notoriamente a partir dos anos 1970 e é pragmática e vinculada ao neorealismo de Kenneth Waltz (Walt, 1991, p. 219 – 221). Baseada nas noções de anarquia internacional, *self-help* e busca pela sobrevivência, essa ideia de segurança entende o Estado ao mesmo tempo como sujeito e objeto da segurança e da ameaça no Sistema Internacional. Assim, essa abordagem privilegia o Estado como principal ator e ignora qualquer força política não-estatal, uma vez que a mesma seria incapaz de alterar a posição dos atores no sistema internacional e não impactaria na distribuição de poder (Walt, 1991, p. 222).

Entretanto, o entendimento “clássico” de segurança³ começa a ser contestado na área a partir do começo da década de 1980 e principalmente a partir de 1989. Isso ocorreu por uma série de motivos, mas principalmente pelo surgimento de conflitos internos aos Estados – forçando as fronteiras analíticas do realismo – e devido ao fim da URSS⁴. Assim, notamos a existência de limitações à concepção clássica de segurança e a necessidade de se repensar seus pressupostos frente o surgimento de novas realidades e dinâmicas políticas (Krause e Williams, 2007, p. 135).

Assim, iniciam-se tentativas de reformulação do conceito tradicional de segurança. Podemos citar estudos que buscaram adaptar os pressupostos realistas a uma nova configuração de mundo (Krause e Williams, 2007; Ullman, 1983)⁵ e obras como *Security: A New Framework of Analysis*, que à luz de

² Alguns dos motivos para o reaparecimento da área são: o fim da guerra do Vietnã e o colapso das relações entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS) durante a década de 1970 (Walt, 1991, p. 219 – 221).

³ Um entendimento focado nos Estados e com uma concepção de ameaças de natureza bélicas e originárias também de outros Estados (Krause e Williams, 2007, p. 135).

⁴ Quanto ao fim da União Soviética, atribui-se o mesmo a elementos internos ao Estado e fora do alcance analítico do realismo, como fatores econômicos. Esses aspectos internos à União Soviética, ao fim e ao cabo, tiveram um impacto maior no processo de queda da URSS do que aqueles tidos como relevantes pelo realismo, ou seja, capacidades estatais medidas em termos de poder (Krause e Williams, 2007, p. 135).

⁵ Um dos exemplos de tal empreitada é o trabalho de Richard Ullman *Redefining Security*, onde o autor propõe uma expansão da definição de ameaça (Ullman, 1983, p.129 - 136).

críticas como a de Krause e Williams⁶, afirmavam que o foco dos estudos de segurança é entender o processo que transforma determinado objeto em um alvo da segurança, o chamado processo de securitização⁷ (Buzan, Waever e Wilde, 1997).

Um dos principais pontos da teoria de securitização é permitir a análise de questões até então excluídas das pesquisas mais tradicionais das Relações Internacionais. Com esse instrumental, temas como narcotráfico e a proteção da vida humana passam a ser vistos como potenciais temas da área. Dessa forma, emerge a segurança humana como tema nas Relações Internacionais, uma área que se insere na interseção entre a área de segurança e o campo do desenvolvimento.

Segurança com rosto humano

Preocupações com a segurança da vida humana podem ser percebidas na esfera internacional e doméstica. No âmbito internacional, podemos afirmar que o enfoque na preservação da vida humana é produto de uma série de processos exemplificados não somente, mas principalmente pelas publicações do *Human Development Report* da Organização das Nações Unidas (ONU) (UNDP, 1994). Já no âmbito doméstico, a preocupação com a vida de seus cidadãos se dá a partir da transição do foco da segurança, saindo exclusivamente do foco no Estado e passando a pensar também no indivíduo. Na Venezuela, por exemplo, essa transição se dá a partir dos anos 1970, sendo a *Operación Vanguardia* um marco do fim da violência visando a proteção do Estado e da emergência de políticas destinadas à garantia da segurança dos cidadãos (Ugalde, 1993, p.7; Ewell, 2008, p.770).

Retomando a esfera internacional, é importante entendermos como o discurso do desenvolvimento se expandiu ao ponto de penetrar no campo da segurança humana. A gramática e os ideais relacionados ao desenvolvimento foram inaugurados após a 2ª Guerra Mundial e através de Harry Truman (Truman, 1949). Durante os anos 1960 e 1970, a lógica da modernização acaba por imperar na área do desenvolvimento, informado em grande parte pelo trabalho de Rostow⁸ (Rostow, 1991). No os anos 1980, o discurso se associa às diretrizes do chamado Consenso de Washington (Escobar, 1995).

⁶ Para os autores, os pressupostos tradicionais de segurança tomam o Estado como o *locus* primário da segurança, autoridade e obrigação no sistema internacional e focam em uma representação objetiva da realidade, o que acaba por retratar a mesma como um aspecto dado, estabelecendo desafios para a área de segurança e reduzindo sua capacidade analítica, uma vez que elementos subjetivos são excluídos (Krause e Williams, 2007, p. 138 - 140).

⁸ Entendia-se que a única maneira de se garantir o desenvolvimento dos países chamados subdesenvolvidos seria a partir do crescimento econômico e modernização política (Rostow, 1991).

Contudo, a narrativa do desenvolvimento sofre uma inflexão a partir dos anos 1990. As políticas anteriores foram incapazes de alcançarem o objetivo esperado e se tornaram alvo de diversas críticas (Escobar, 1995). Assim, inicia-se o debate de como repensar o desenvolvimento na reta final do século XX dentro de um marco mais humano (ibidem).

Em meio a uma série de documentos, o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) *Human Development Report* de 1994 se tornou marco. Para além de um caminho alternativo para o desenvolvimento, o relatório divide a segurança humana em dois aspectos. O primeiro, que diz respeito à segurança frente ameaças crônicas, como a fome; e o segundo, que trata da proteção frente perturbações repentinas e dolorosas do padrão de vida (UNDP, 1994, p.15, 23).

Entretanto, um ângulo interessante para se pensar a segurança humana é olhar para a tradução dos conceitos apresentados pela ONU em políticas públicas. Usando a Venezuela como exemplo, notamos que a partir da Revolução Bolivariana de 1999, o país vem apresentando políticas destinadas tanto ao desenvolvimento humano, quanto à segurança humana⁹.

Contudo, um aspecto peculiar aos planos citados acima é que todos reconhecem a segurança humana como segurança cidadã, vide a própria constituição venezuelana, que delimita os órgãos de proteção e segurança cidadã. Dessa forma, fica evidente como a segurança humana é articulada com outras concepções de proteção existentes.

O debate acerca da segurança cidadã está presente mais fortemente na América Latina. O conceito passa a ganhar força entre meados e final da década de 1990 mediante duas razões principais: as políticas de redemocratização e o incremento da violência urbana (Neild, 1999, p.1).

Dessa forma, o conceito é pensado como uma construção que auxilia na consolidação da democracia, na medida que a atuação do cidadão se torna um elemento vital para os processos de segurança. Além disso, a abordagem das políticas de segurança cidadã focam principalmente nas ameaças postas pelo crime organizado (Estévez, 2001). A segurança cidadã se distancia da segurança humana, na medida que se refere a modalidades específicas de vulnerabilidades e por se prestar a proteger a população através de uma salvaguarda de determinado núcleo de direitos, ao contrário de ver no desenvolvimento de certas capacidades a forma mais adequada de proteção (PNUD, 2005, p. 33 - 35).

⁹ No âmbito das políticas de desenvolvimento humano, podemos apontar as missões (*Misiones Sociales Bolivarianas*). Já no tocante à segurança humana, as políticas visavam a proteção da vida humana no país e o combate à ameaças como o narcotráfico. Alguns seriam: a *Gran Misión a Toda Vida Venezolana* e o programa *Operación de Liberación y Protección al Pueblo* (OLP) (Governo Bolivariano da Venezuela, 2015a, b, c).

As Novas Guerras e a economia do conflito

Mark Duffield (2001, 2007) busca expandir e aprofundar o entendimento acerca dos conflitos modernos. Em seu livro *Global Governance and New Wars*, o autor procura analisar a incorporação do elemento da guerra ao discurso do desenvolvimento, na medida que as preocupações atuais de segurança não são mais exemplificadas pelo medo de conflitos interestatais. A ameaça de um Sul Global excluído e alimentando a insegurança internacional através de redes de conflito, ações criminais e terrorismo, se torna parte integrante de uma nova abordagem de segurança, onde o subdesenvolvimento passa a ser caracterizado como ameaçador (Duffield, 2001).

Um elemento-chave são as chamadas economias transnacionais de sombra. Na sombra dos fluxos lícitos e, até muitas vezes operando pelos mesmos canais, emerge uma estrutura econômica que não foi necessariamente abarcada pela globalização formal, mas que também foi globalizada: as economias de sombra. Elas emergem na medida que a globalização desestabiliza noções territoriais de Estado e cria fluxos contínuos e intensos de informação, pessoas e mercadoria. Essas atividades econômicas, na maioria das vezes, tratam do comércio de bens ilícitos ao redor do mundo. Essa estrutura opera através de uma série de relações de competição, cumplicidade e tratos informais. Dessa maneira, a atuação dos agentes nessas redes modificam processos de poder, produção, experiência e cultura nas localidades de sua atuação (Duffield, 2001, p.140 – 147)).

Com esse processo, grupos sociais, redes e instituições são dissolvidas, (re)construídas e (re)alocadas nos espaços em expansão da economia informal e da ordem liberal. Nesse processo, notamos a emergência de complexos políticos que se distanciam na governança liberal, uma vez que se tornam provedores alternativos de legitimidade, redistribuição e direito à riqueza (Duffield, 2001, p.150).

Em relação às novas guerras, são essas novas estruturas políticas que detêm autoridade e habilidade para mobilizar os recursos ligados à economia de sombra e dar prosseguimento à violência. As novas guerras são os novos complexos políticos que exploram economias não-formais (Duffield, 2001, p. 163, 188).

Tendo em mente as novas guerras e os conflitos internacionais, o autor propõe uma abordagem que trata o conflito como um eixo organizador, através do qual sociedades e outros complexos políticos se articulam. Contudo, o tratamento desses conflitos contemporâneos como aberrações e/ou ameaças à ordem mundial acabam muitas vezes reforçando a necessidade de intervenções e de estratégias de desenvolvimento para contê-los, ou seja, acaba reforçando a ordem liberal vigente e a necessidade de sua existência (Duffield, 2001).

Um outro aspecto relevante da obra de Duffield é a relação entre a segurança humana e as novas guerras. Para o autor, as políticas de segurança humana aplicadas nas novas guerras refletem um arranjo biopolítico das relações internacionais, na medida que fundem as áreas do desenvolvimento com a segurança. (Duffield, 2007).

O discurso da segurança humana, na medida que borra a distinção entre segurança e desenvolvimento, acaba escamoteando estruturas de poder e a lógica biopolítica por trás de tal construção. O que é escondido é o caráter segregacionista dessas políticas, a partir da distinção entre vidas “asseguradas” e vidas “não-asseguradas”. As primeiras estão presentes nos Estados desenvolvidos e as últimas estão presentes nos Estados subdesenvolvidos. Dessa forma, para garantir a segurança das vidas e a segurança humana é necessário que os países desenvolvidos “protejam” e “desenvolvam” as nações subdesenvolvidas. Contudo, esse discurso também esconde uma lógica onde o subdesenvolvimento de uns é entendido como a ameaça existencial de outros, na medida que a chance de um transbordamento desse subdesenvolvimento atrapalharia o funcionamento dos Estados desenvolvidos (Duffield, 2007, p. 111).

Nesse sentido, as políticas de segurança cidadã, para proteger os direitos daqueles salvaguardados por elas, acabam por violar os direitos de outros. Essa dinâmica evidencia um caráter biopolítico de controle de corpos, onde direitos não são expandidos para as populações periféricas e sim negados, o que resulta em uma manutenção da condição de exclusão dos mesmos, fazendo com que eles tenham que recair cada vez mais para as economias de sombra como manobra de sobrevivência.

A Venezuela, Novas Guerras e a Segurança Cidadã

A violência entre grupos armados não-estatais na Venezuela é um processo histórico que ecoa a precarização social dos anos 1990 e a expansão e repressão ao narcotráfico na região. (Ellner, 2008, p. 90; 92; 95; 100). Desta forma, nessa sessão analisaremos os grupos armados urbanos, as relações estabelecidas por eles e as políticas de segurança cidadã

Grupos armados urbanos não-estatais

A expansão do narcotráfico para a Venezuela se inicia durante os anos 1990 e se intensifica a partir dos anos 2000 (Ramirez, 2006; Dreyfuss, 2002). Um dos fatores que nos permite afirmar isso é a quantidade de cocaína – principal produto comercializado – apreendida na Venezuela. Segundo os dados

do UNODC, em 1999, apreenderam-se em torno de 12 toneladas de cocaína¹⁰. Nos anos seguintes, essa quantidade só aumentou, chegando a 59 toneladas apreendidas em 2005 (UNODC, 2015a).

A economia de sombra do narcotráfico adentra espaços urbanos em busca de lucro. Na medida que esse fluxo penetra nas cidades, ele se articula ao longo de contextos de violência e exclusão prévios e origina novas formas de conflito e experiências sociais. Ao olharmos para tal cenário a partir das lentes teóricas de Duffield, percebemos que quando grupos armados urbanos brigam por controle territorial ou por mercadorias, eles acabam produzindo novas concepções de autoridade, legitimidade e até de redistribuição de riqueza (Duffield, 2001, p. 188).

A emergência da problemática dos grupos armados na Venezuela, como dito por Winton (2004), pode ser caracterizada pela atuação de gangues e pelo tráfico de drogas. Esse dois elementos servem como um meio para manter uma economia da violência, garantindo o financiamento da ação criminosa e permitindo que tais grupos consigam formar estruturas de poder dentro de áreas carentes, provendo capitais sociais que não são tradicionalmente ofertados. O que percebemos é a maneira pela qual economias não formais são exploradas por esses grupamentos e como essa rede transnacional penetra o espaço tradicional do Estado venezuelano e gera novos processos sociais e políticos. Assim, o conflito em Caracas por ser caracterizado como uma guerra de rede, dissolvendo fronteiras tradicionais entre combatentes, território e governo (Duffield, 2001, p. 190).

Dessa maneira, notamos como esse conflito acaba reordenando o espaço social, econômico e político ao se redor. Ao invés de sinais de caos e quebra da ordem política e social, as novas guerras podem ser entendidas como um reordenamento do espaço. Essas guerras em rede refletem a integração estratificada de mercados e populações à economia global, representando uma ressignificação das formas tradicionais de proteção, legitimidade e direito à riqueza, fora do espaço tradicional da governança estatal (Duffield, 2001).

Assim, demarcamos duas dimensões do conflitos entre as gangues de Caracas, uma delas relacionada à uma dimensão econômica e outra chamada de infrapolítica. A primeira dimensão é expressa pela orientação dos atores visando um controle de recursos ou atividades, como o tráfico de drogas. A segunda dimensão lida com o surgimento de novas dinâmicas sociais que dialogam com diversos setores e estâncias da vida social (Zubillaga, 2013, p. 109).

¹⁰ Cocaína é aqui tratada segundo os critérios do UNODC, que determina que o termo é uma categoria mais ampla que engloba pasta base de cocaína, os sais – próprios para consumo – e as bases (UNODC, 2015a)

Contudo, o vínculo entre o âmbito local das periferias de Caracas e a dimensão internacional do tráfico é muito mais íntimo do que parece. Existe uma interação próxima entre os Estados produtores da cocaína e a Venezuela. Tal relação pode ser lida como uma espécie de integração à economia global. Duffield (2001, 2007) afirmaria que os países do Sul possuem uma maneira distante de se relacionar com a globalização. Ao passo que os países do Norte se tornam o centro desse processo, os países do chamado Sul global se encaixam a partir de um processo de subordinação e uma falsa integração mediante as economias transnacionais de sombra.

Assim, na medida que as políticas de combate ao narcotráfico na América Latina vão se tornando mais rígidas, como o Plano Colômbia, outros lugares vão se tornando pontos mais importantes de comércio e transporte. E é justamente nesse momento que a economia de sombra do tráfico de drogas abraça a Venezuela, criando uma desestabilização das noções tradicionais de território e Estado, uma vez que os laboratórios de refino da cocaína, por exemplo, atuam simultaneamente em dois Estados e trazem novas responsabilidades ao Estado venezuelano, como a necessidade de se combater tais atividades, entendidas como uma ameaça à segurança nacional.

Mas outros espaços também vão sendo inseridos nesse novo fluxo ilícito. As cidades da Venezuela também sofrem processos de rearticulação interna mediante a atuação de tais atores. As cidades se tornam mais um espaço de venda e de possibilidade de atuação dos grupos do narcotráfico, que apesar não atuarem necessariamente como os responsáveis pela venda direta, acabam repassando o produto para grupos que vendem a mercadoria para o consumidor final. Assim, o narcotráfico acaba se aproximando cada vez mais do problema social das gangues e da condição de exclusão estrutural que permite o surgimento desses grupos urbanos. Assim, novos processos de poder emergem e junto notamos o surgimento de novas experiências sociais.

A Segurança Cidadã, Estado e violência na Venezuela: retrato de Caracas

Desde 1999 já foram implantados mais de 20 planos de segurança cidadã (El Universal, 2015). O que se percebe é que apesar de inúmeras tentativas, os casos de violência continuam subindo. Assim, iremos uma das repostas governamentais a essa questão: a *Operación para la Liberación y Protección del Pueblo*.

O programa de segurança cidadã instaurado pelo governo em 2015, *Operación para la Liberación y Protección del Pueblo* foi lançado sem nenhuma espécie de documento oficial, exceto o discurso do ministro responsável pelo MPPRIJP, a missão se propõem a liberar o território venezuelano de determinados grupos armados. Em Caracas, a atuação das forças policiais e militares sob a égide de tal

programa ocorrem majoritariamente nas áreas onde há a presença de bandas, como a localidade Cota 905 (Gobierno Bolivariano de Venezuela, 2015c).

Entretanto, o que percebemos é que através de tal estratégia, o governo instaura um combate militarizado ao tráfico de drogas e a qualquer outra possível fonte de insegurança cidadã. Essa abordagem acaba ignorando todo o aspecto da expansão dos direitos – elemento tão caro à toda agenda de segurança cidadã – e implanta no lugar um controle social baseado na militarização da segurança pública, aumentando, inclusive, as chances de uso indevido e desproporcional da força (Jácome, 2014). No informe de 2012 do Programa Venezuelano de Educação-Ação em Direitos Humanos (PROVEA), foi mostrado que 44, 33% dos casos de tortura ocorridos no país contaram com o envolvimento de membros da Guarda Nacional e/ou do Exército (PROVEA, 2012).

Esse tipo de política, originalmente pensada para expandir e garantir direitos, quando executada dessa forma, acaba colocando certos direitos dos cidadãos em cheque, na medida que atuam com agressividade e à parte da lei. Cria-se assim uma espécie de cidadania negativa, que marca determinado tipo de indivíduo como possível criminoso e um delinquente em potencial, justificando assim as ações enérgicas tomadas pelas forças de segurança na Venezuela.

Contudo, apesar do governo enfatizar em publicações oficiais as cifras vistas como positivas da missão, como a quantidade de armas apreendidas ou o número de pessoas presas (Gobierno Bolivariano de Venezuela, 2015c), os relatos de moradores e de organizações de direitos humanos contradizem tal versão. De acordo com o PROVEA, famílias são desalojadas, detenções arbitrárias são comuns e o uso excessivo de força é recorrente, vide a cifra de 14 mortes violentas por parte do Estado em decorrência de apenas uma incursão no bairro Cota 905 (PROVEA, 2015; BBC Mundo, 2015).

Dessa forma, podemos afirmar que o modelo de segurança cidadã implementado na Venezuela acaba por afastar os indivíduos do grupo de direitos que, em um primeiro momento, pretende-se proteger. Ademais, ao olharmos para as medida de segurança cidadã em Caracas, notamos a replicação das mesmas estruturas biopolíticas existentes por trás das políticas de segurança humana analisadas por Duffield (2007). Apesar do contexto mudar, tais medidas perpetuam uma lógicas de vidas “seguradas” que são ameaçadas por vidas “não-asseguradas”, criando uma divisão invisível na cidades entre zonas e corpos onde a violência é justificável na medida que outras vidas “mais importantes” são ameaçadas justamente pela existência das vidas “menos importantes”.

Conclusão

A Venezuela vive uma preocupante situação de violência. Ao longo dos anos, o panorama do país vem apenas se agravando. Dessa forma, ao longo deste trabalho tentamos construir uma maneira de se entender tal questão a partir das Relações Internacionais, mas também atentando para fluxos questionadores das tradicionais concepções políticas da área.

Bibliografia

BBC MUNDO. Venezuela: al menos 14 muertos en operación policial en Caracas. *BBC*, 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/07/150713_venezuela_cota_905_operacion_az>. Acesso realizado em: 23 de Agosto de 2016.

BRICEÑO-LÉON, R. A violência na Venezuela: renda petroleira e crise política. *Ciência e Saúde Coletiva*, 11(Sup), p. 1223 – 1233, 2007.

_____. Violencia, Ciudadania y Miedo en Caracas. *Foro Internacional*, n. 189, XLVII, 2007, p. 551 – 576.

BUZAN, B; WAEVR, O; WILDE, J. *Security: A New Framework for Analysis*. Lynne Rienner Pub, 1997.

COMOLLI, Virginia & INKSTER, Nigel. *Drugs, Insecurity and Failed States: The Problems of Prohibition*. Routledge, 2012.

DREYFUSS, Pablo. *Border Spillover: Drug Trafficking and National Security in South America*. Doctoral Thesis, Université de Genève, 2002.

DUFFIELD, M. *Global Governance and the New Wars: The Merging of the Development and Security*. Zed Books, 2001.

DUFFIELD, M. *Development, Security and Unending War: Governing the World of Peoples*. Polity, 2007.

EL UNIVERSAL. Planes de seguridad en Venezuela no cumplen metas. *El Universal*, 2015. Disponível em: < <http://www.eluniversal.com/sucesos/inseguridad-ciudadana/150911/planes-de-seguridad-en-venezuela-no-cumplen-metas>>. Acesso realizado em: 20 de Outubro de 2015.

ESCOBAR, A. *Encountering Development: the making and unmaking of the third world*. Princeton, 1995.



ESTÉVEZ, E. *Chapter 1. Public and Citizen Security in South America: Trends, Controversies and Proposals*. Political Database of the Americas, Georgetown, 2001.

ELLNER, S. *Rethinking venezuelan politics: class, conflict, and the Chávez Phenomenon*. Lyanne Rienner, Londres, 2008.

GOBIERNO BOLIVARIANO DE VENEZUELA. Gran Misión A Toda Vida Venezuela. *Gobierno Bolivariano de Venezuela*, 2015a. Disponível em: < <http://www.misionatodavidavenezuela.gob.ve>>. Acesso realizado em: 20 de Outubro de 2015

_____. Operación de Liberación y Protección del Pueblo Erradica Paramilitarismo en Cuatro Zonas del País. *Gobierno Bolivariano de Venezuela*, 2015c. Disponível em: < http://www.misionatodavidavenezuela.gob.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=458:operacion-de-liberacion-y-proteccion-del-pueblo-erradica-paramilitarismo-en-cuatro-zonas-del-pais&catid=7:blog&Itemid=107>. Acesso realizado em: 22 de Outubro de 2015.

_____. Comando General de la Milicia Bolivariana. *Gobierno Bolivariano de Venezuela*, 2015d. Disponível em: < <http://www.milicia.mil.ve/milicia/index.php/la-milicia/funciones>>. Acesso realizado em: 4 de Novembro de 2015.

HOMICIDE MONITOR. Caracas. *Homicide Monitor*, Igarapé, 2015. Disponível em: < <http://homicide.igarape.org.br>>. Acesso realizado: 12 de Outubro de 2015.

JÁCOME, F. Gran Misión A Toda Vida Venezuela. *Misiones Transparentes*. Transparencia Venezuela, 2014. Disponível em: < <http://transparencia.org.ve/wp-content/uploads/2014/12/Misiones-Transparentes-A-Toda-Vida-Venezuela.pdf>>. Acesso realizado em: 22 de Outubro de 2015.

KOŁODZIEJ, E. Renaissance in Security Studies? Caveat Lector!. *International Studies Quarterly*, vol. 36, n.4, p. 421 – 438, 1992.

KRAUSE, K & WILLIAMS, C. Broadening the Agenda of Security Studies: Politics and Methods. In _____ BUZAN, B & HANSEN, L (Orgs.). *International Security Volume III: Widening Security*. Sage Publications, 2007.

NEILD, R. From National Security to citizen security: Civil Society and the Evolution of Public Order Debates. *International Center for Human Rights and Democratic Development*, Montréal, Canada, 1999.



OBSERVATORIO VENEZOLANO DE LA VIOLENCIA (OVV). *Informe Nacional de la Situación de Violencia Y Criminalidad 2011*. Caracas: OVV; 2011.

OBSERVATORIO VENEZOLANO DE LA VIOLENCIA (OVV). *Informe del Observatorio Venezolano de Violencia 2014*. Disponível em: < <http://observatoriodeviolencia.org.ve/ws/wp-content/uploads/2015/02/OVV-INFORME-DEL-2014.pdf>>. Acesso realizado em: 18 de Outubro de 2015.

Caracas: OVV, 2014.

PROVEA. *Situación de los Derechos Humanos en Venezuela, Informe Anual Enero – Diciembre. PROVEA*, 2012. Disponível em: <<http://www.derechos.org.ve/informe-anual-2012/>>. Acesso realizado em: 22 de Outubro de 2015.

_____. ET: PROVEA: desalojos por la OLP no discriminan entre delincuentes y familias. *PROVEA*, 2015. Disponível em: <<http://www.derechos.org.ve/2015/07/29/et-provea-desalojos-por-la-olp-no-discriminan-entre-delincuentes-y-familias/>>. Acesso realizado em: 22 de Outubro de 2015.

ROSTOW, W.W. *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. Cambridge University Press, 1991.

STAPLES, A. L. S. *The Birth of Development: How the World Bank, Food and Agriculture Organization, and World Health Organization Changed the World, 1945 – 1965*. The Kent State University Press, Kent, Ohio, 1969.

UGALDE, L. Apresentação. In ___UGALDE et al. *La Violencia en Venezuela*. Caracas: Monte Ávila, 1993.

ULLMAN, R. Redefining Security. *International Security*, vol. 8, n.1, p. 129 – 153, 1983.

UNDP. *A Decade of Work on Citizen Security and Conflict Prevention in Latin America and the Caribbean 2001 – 2010*. UNDP, 2010.

UNDP. *Human Development Report*. New York University Press, 1994

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). *Global Study on Homicide: Trends, Context, Data*. New York: UNODC, 2010.

_____. *Drug seizures Report*. United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), 2015a. Disponível em: < <https://goo.gl/ije3o2>>. Acesso realizado: 14 de Outubro de 2015.

_____. *Intentional homicide, counts and rates per 100,000 population*. United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), 2015b. Disponível em: <<https://data.unodc.org/#state:1>>. Acesso realizado: 12 de Outubro de 2015.

WALT, S. Renaissance of Security Studies. *International Studies Quarterly*, vol. 35, n.2, p. 211 – 239, 1991.

WALTZ, K. *O Homem, o Estado e a Guerra*. Columbia University Press (revised edition), 2001.

WALTZ, K. *Theory of International Politics*. Waveland Princeton, 2010.

WINTON, Ailsa. Urban Violence: a guide to the literature. *Environment and Urbanization*, n.2, vo.16, 2004.

ZUBILLAGA, V. Menos desigualdade, más violencia: la paradoja de Caracas. *Nueva Sociedad*, n. 243, janeiro – fevereiro, 2013.

_____. La Culebra: Una Mirada etnográfica a la trama de antagonismo masculino entre jóvenes de vida violenta en Caracas. *Akademos*, v.10, n.1, p.179-207, 2008.